

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Por ter saído incompleto e com algumas incorrecções, de novo se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 14:594

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São fixados por este decreto e tabelas anexas A e B, a partir de 1 de Outubro de 1927, os vencimentos de categoria e de exercício do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Música e Nacional de Teatro, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor.

Art. 2.º Os vencimentos dos professores catedráticos universitários correspondem à regência de um curso anual ou dois cursos semestrais e direcção dos respectivos cursos práticos.

§ 1.º Os professores contratados para a regência das disciplinas a cargo de professores catedráticos perceberão vencimento igual ao desses professores durante o primeiro ciclo de serviço.

§ 2.º Quando os professores catedráticos rejam cursos práticos cuja direcção lhes pertença, terão direito à gratificação mensal de 300\$.

Art. 3.º Por cada curso anual ou dois cursos semestrais que o professor catedrático acumular, nos termos do artigo 53.º e seus parágrafos do decreto n.º 12:426, de 2 de Outubro de 1926, tem direito à gratificação mensal de 400\$ nos dez meses escolares, não podendo receber, além do seu vencimento, mais de duas gratificações anuais de exercício.

§ 1.º Excepcionalmente, havendo vagas no quadro do pessoal docente, e só enquanto tal facto se der, poderá ser excedido em uma regência o limite fixado no artigo 3.º

§ 2.º As gratificações pelos cursos semestrais são devidas pelos meses de Outubro a Fevereiro ou de Março a Julho.

§ 3.º As gratificações fixadas neste artigo correspondem à regência dos cursos e direcção dos respectivos trabalhos práticos.

Art. 4.º É obrigatória para os primeiros e segundos assistentes que fazem parte do quadro do pessoal docente das Universidades a regência de dois cursos práticos até o limite máximo de seis horas semanais para os primeiros assistentes e de doze para os segundos assistentes. Quando as conveniências do serviço o exigam poderão ser distribuídas a cada assistente até o máximo de seis horas extraordinárias, abonando-se, por cada hora extraordinária 46\$ aos primeiros assistentes e 40\$ aos segundos.

§ único. Quando os primeiros assistentes regerem cadeiras ou cursos, vencerão as mesmas gratificações de acumulação que os professores catedráticos.

Art. 5.º Aos professores das cadeiras anuais de preparação pedagógica e aos professores das metodologias especiais das escolas normais superiores serão abonadas respectivamente as gratificações mensais de 400\$ e 300\$ durante o ano escolar.

§ 1.º Aos professores dos cursos semestrais será abonada a gratificação fixada para os professores das ca-

deiras anuais, apenas durante os meses correspondentes à duração dos respectivos cursos.

§ 2.º Os professores são obrigados a dirigir os trabalhos práticos das suas cadeiras ou cursos, tendo direito a uma gratificação de 6\$ por cada sessão de hora e meia. Quando algum professor não puder desempenhar este serviço, receberá aquela gratificação o professor que o substituir na direcção dos trabalhos práticos.

Art. 6.º O serviço obrigatório dos professores efectivos, agregados, interinos e provisórios dos grupos 1.º ao 9.º dos liceus é de dezöito horas semanais, sendo esta obrigatoriedade reduzida, respectivamente, a quinze e doze horas para os professores efectivos que completem dez e vinte anos de bom e efectivo serviço como professores efectivos dos liceus.

Art. 7.º O serviço obrigatório dos professores efectivos de educação física e dos regentes efectivos e provisórios do canto coral dos liceus, e bem assim das professoras efectivas e provisórias de trabalhos manuais e das efectivas das disciplinas privativas dos liceus femininos e dos extintos cursos de educação feminina dos liceus femininos de Lisboa e Pôrto, é de quinze horas semanais.

Art. 8.º O serviço obrigatório dos professores dos liceus que constituem o Conselho de Inspeção do Ensino Secundário é de seis horas semanais.

Art. 9.º O serviço obrigatório dos professores que desempenhem as funções de reitores dos liceus é de seis horas semanais nos liceus de freqüência superior a quinhentos alunos e de nove horas nos restantes.

Art. 10.º Além do serviço obrigatório fixado nos artigos 6.º a 9.º deste decreto, podem ser distribuídas a cada professor ou regente de canto coral, quando o exigam as conveniências do serviço, horas extraordinárias até o máximo de seis semanais.

Art. 11.º Por cada hora extraordinária das referidas no artigo antecedente terão direito à remuneração mensal de 46\$ os professores efectivos dos grupos 1.º ao 9.º; de 40\$ os professores agregados; de 35\$ os professores efectivos de educação física e regentes de canto coral dos liceus, e bem assim as professoras efectivas de trabalhos manuais, as das disciplinas privativas e as dos extintos cursos de educação feminina dos liceus femininos de Lisboa e Pôrto; de 33\$ os professores interinos e provisórios dos grupos 1.º ao 9.º, e de 30\$ os professores interinos e provisórios de educação física e regentes provisórios de canto coral dos liceus e as professoras provisórias de trabalhos manuais dos liceus femininos.

Art. 12.º O serviço obrigatório dos professores do Conservatório Nacional de Música é de doze horas por semana.

Art. 13.º As gratificações a que têm direito os professores do Conservatório Nacional de Música, quando o trabalho lectivo de cada professor ultrapassar o limite fixado no artigo anterior, são fixadas em 750 para os professores de ensino superior de piano, de violino, de violoncelo, de composição e de canto; em 6\$ para os professores de harpa, de harmonia, de ensino complementar de violino, de violoncelo e de piano; e em 5\$ para os demais professores, não podendo porém abonar-se qualquer gratificação por horas de serviço extraordinário além de doze por semana.

Art. 14.º As gratificações aos professores do Conservatório Nacional de Música pelas regências ou serviços prestados nos termos do § 6.º do artigo 7.º do decreto n.º 5:546, de 9 de Maio de 1919, são fixadas em 300\$ mensais.

Art. 15.º Serão conferidos os aumentos de vencimento referentes respectivamente às 1.ª, 2.ª e 3.ª diuturnidades, aos dez, quinze e vinte anos de serviço, aos funcionários docentes a que respeita este decreto, contando-se para

esse efeito sómente o tempo de bom e efectivo serviço prestado no ramo de ensino e categoria a que pertençam.

Art. 16.^º São ressalvados os direitos respeitantes a aumentos por diuturnidade ou reduções de serviço obrigatório conferidos ou atingidos até a data da publicação deste decreto e de harmonia com as disposições legais anteriores, mas aos funcionários por elas beneficiados não devem ser concedidas novas diuturnidades ou redução do serviço obrigatório sem que completem o tempo de serviço para tal exigido nos termos deste decreto.

Art. 17.^º O direito aos aumentos de vencimento por diuturnidade de serviço e à redução do serviço obrigatório referida no artigo 6.^º é conferido pelo Ministro da Instrução Pública, sob proposta da respectiva Direcção Geral e independentemente de requerimento dos interessados.

§ único. Para a execução do disposto neste artigo, devem as competentes direcções gerais habilitar-se, no mais curto prazo de tempo, com todos os elementos que lhes permitam completar o cadastro do tempo de serviço do pessoal delas dependente.

Art. 18.^º As acumulações de serviço, sejam de que natureza forem, não implicam acréscimo de tempo para efeito de diuturnidade ou redução do serviço obrigatório.

Art. 19.^º Implicam descontos no tempo de serviço, para efeitos de diuturnidade e redução do serviço obrigatório, as faltas não justificadas, as justificadas quando dêem lugar à perda do vencimento de exercício, e os períodos de licença superiores a trinta dias em cada ano escolar.

Art. 20.^º Aos reitores das Universidades, quando não pertençam ao respectivo pessoal docente, será abonado o vencimento de 36.000\$ dividido nos termos seguintes: categoria, 30.000\$; exercício, 6.000\$.

§ único. O reitor da Universidade de Coimbra terá direito ao abono do subsídio mensal de 500\$ para despesas de representação.

Art. 21.^º É fixada em 20\$ por cada serviço a gratificação pelo serviço de exames nas Universidades, pelo serviço de exames de Estado das escolas normais superiores e serviço de exames de admissão às mesmas escolas.

Art. 22.^º Aos professores de instrução superior ou secundária nomeados pelo Governo para presidir aos exames dos cursos de letras ou ciências nos liceus será abonada a gratificação de 20\$ por cada serviço que prestarem dentro ou fora do período normal dos exames, sendo a referida gratificação acumulável com quaisquer outros vencimentos ou gratificações a que o professor tenha direito.

Art. 23.^º Aos professores de instrução secundária em serviço de exames, no liceu a que pertencem ou em qualquer outro, será abonada a gratificação de 15\$ por cada serviço que prestarem dentro ou fora do período normal dos exames e até o máximo correspondente ao triplo do número de dias úteis de cada época, sendo a referida gratificação acumulável com qualquer outro vencimento ou gratificação a que o professor tenha direito.

§ único. No caso de, por absoluta exigência do serviço, ser superiormente autorizada a prorrogação dos exames além da época determinada por lei, será o máximo da gratificação fixado por este artigo estabelecido pelo número de dias úteis contados desde o início da época dos exames até o último dia de serviço.

Art. 24.^º Aos professores do Conservatório Nacional de Música será abonada a gratificação de 15\$ por cada serviço de exames que prestarem, dentro ou fora do período normal, e até o máximo correspondente ao duplo do número de dias úteis de cada época.

Art. 25.^º Os funcionários docentes a quo respeita este decreto, que acumulhem o exercício das suas funções com as de outros lugares públicos, civis ou militares, receberão pelo lugar por que optarem para a percepção de

vencimentos a totalidade de vencimentos, e por cada um dos outros o vencimento de exercício e um terço do vencimento de categoria.

§ 1.^º O vencimento de categoria é em todos os casos constituído por 5/6 da totalidade dos vencimentos civis ou militares, constituindo o restante sexto o vencimento de exercício.

§ 2.^º Os professores e assistentes que sejam oficiais do activo do exército ou da marinha, e que apenas exercem as funções docentes, receberão pelo Ministério da Instrução Pública sómente o vencimento por que optarem.

§ 3.^º Aos professores com pensão de aposentação, de reforma ou na situação de reserva, e na do inactividade aguardando a aposentação por qualquer lugar civil ou militar, é aplicável o disposto neste artigo, considerando-se como vencimento de categoria para os efeitos de opção a respectiva pensão se fôr correspondente a trinta ou menos anos de serviço. Quando fôr superior abonar-se há sómente a correspondente a trinta anos de serviço.

Art. 26.^º O inspector de canto coral dos liceus terá, além da remuneração que é fixada aos restantes membros do Conselho de Inspecção do Ensino Secundário, o vencimento que compete à situação de professor de canto coral, que passará a exercer num dos liceus de Lisboa, para esse efeito designado pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 27.^º Os funcionários adidos ao serviço nas secretarias dos liceus aproveitam dos emolumentos cobrados nos termos do artigo 19.^º do decreto n.^º 13:152, de 16 de Fevereiro de 1927.

Art. 28.^º O Ministério da Instrução Pública fornecerá passagens aos professores efectivos que, tendo sido nomeados para os liceus das ilhas adjacentes, sigam para estas a fim de entrarem no exercício dos respectivos lugares, bem como aos que, tendo prestado pelo menos três anos de bom e efectivo serviço nos mesmos liceus, sejam transferidos para idênticos estabelecimentos do continente da República.

§ único. Os professores que, tendo aproveitado das passagens fornecidas nos termos deste artigo, regressem das ilhas adjacentes antes de terem ali completado dois anos de bom e efectivo serviço restituíráo ao Estado a importância da passagem, por meio de desconto nos vencimentos, em prestações mensais em número não superior a vinte e quatro.

Art. 29.^º Os vencimentos e a prestação de serviços, ordinário e extraordinário, dos professores do Colégio Militar continuarão a ser regulados pelas disposições em vigor para os mesmos professores à data da publicação do presente decreto, sendo porém abonadas nos termos dêle as gratificações do serviço de exames.

Art. 30.^º Os vencimentos e a prestação de serviço ordinário e extraordinário das professoras da secção liceal do Instituto Feminino de Educação e Trabalho são regulados pelas disposições deste decreto e respectivas tabelas.

Art. 31.^º Aos professores do Colégio Militar que fazem parte do Conselho de Inspecção do Ensino Secundário ou da comissão encarregada da escolha de livros para o ensino secundário são aplicáveis as determinações deste decreto respeitantes a horas de serviço obrigatório e gratificações.

Art. 32.^º Os professores que fazem parte da comissão encarregada da escolha de livros para o ensino secundário não são, pelo exercício da mesma comissão, dispensados do serviço obrigatório fixado por este decreto.

Art. 33.^º As disposições do presente decreto e as dos decretos n.^ºs 12:426 e 12:492, na sua vigéncia, são, nos termos nelas estabelecidos, aplicáveis ao pessoal a que se

refere o artigo 2.º do decreto n.º 4:559, de 6 de Julho de 1918.

Art. 34.º Todas as gratificações constantes do presente decreto são fixas, ficando portanto revogadas quaisquer disposições que permitam a sua elevação.

Art. 35.º São mantidas, até a entrada em vigor do presente decreto, as gratificações mensais de 150\$, atribuídas por despacho nos termos do artigo 26.º da lei n.º 1:452, ao director e adjunto do Serviço da Hora Legal e devidas nos termos expressos na referida lei.

Art. 36.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardarem inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Janeiro de 1928. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — Jodo José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

TABELA A

Vencimentos anuais de categoria e de exercício que competem ao pessoal docente do ensino universitário, do ensino secundário, das Escolas de Belas Artes, do Conservatório Nacional de Música e do Conservatório Nacional de Teatro, nos termos do decreto desta data, de que esta tabela faz parte integrante:

Serviços e categorias dos funcionários	Vencimento		
	De categoria	De exercício	Total
Ensino universitário			
Professores catedráticos, das cadeiras anexas das Faculdades de Letras, e de Desenho:			
Até 10 anos de serviço	20.000\$00	4.000\$00	24.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	21.800\$00	4.360\$00	26.160\$00
De 15 a 20 anos de serviço	23.800\$00	4.760\$00	28.560\$00
Com mais de 20 anos de serviço	26.000\$00	5.200\$00	31.200\$00
Primeiros assistentes:			
Até 10 anos de serviço	15.000\$00	3.000\$00	18.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	15.900\$00	3.180\$00	19.080\$00
De 15 a 20 anos de serviço	16.900\$00	3.380\$00	20.280\$00
Com mais de 20 anos de serviço	18.000\$00	3.600\$00	21.600\$00
Segundos assistentes:			
Até 10 anos de serviço	10.000\$00	2.000\$00	12.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	10.450\$00	2.090\$00	12.540\$00
De 15 a 20 anos de serviço	10.950\$00	2.190\$00	13.140\$00
Com mais de 20 anos de serviço	11.500\$00	2.300\$00	13.800\$00
Professores contratados de línguas vivas			
Professores contratados de música e canto coral	11.000\$00 13.680\$00	2.200\$00 2.736\$00	13.200\$00 16.416\$00
Ensino secundário			
Professores efectivos do 1.º ao 9.º grupo:			
Até 10 anos de serviço	15.000\$00	3.000\$00	18.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	15.900\$00	3.180\$00	19.080\$00
De 15 a 20 anos de serviço	16.900\$00	3.380\$00	20.280\$00
Com mais de 20 anos de serviço	18.000\$00	3.600\$00	21.600\$00
Professores efectivos de educação física e regentes efectivos de canto coral dos liceus, professoras efectivas de trabalhos manuais, das disciplinas privativas e dos extintos cursos de educação feminina de Lisboa e Pôrto:			
Até 10 anos de serviço	9.000\$00	1.800\$00	10.800\$00
De 10 a 15 anos de serviço	9.650\$00	1.930\$00	11.580\$00
De 15 a 20 anos de serviço	10.380\$00	2.076\$00	12.456\$00
Com mais de 20 anos de serviço	11.190\$00	2.238\$00	13.428\$00
Professores agregados			
Professores interinos e provisórios dos grupos 1.º a 9.º	11.000\$00 (a) 7.083\$33	2.200\$00 1.416\$67	13.200\$00 8.500\$00
Professores interinos e provisórios de educação física e regentes provisórios de canto coral, professoras provisórias de trabalhos manuais	(b) 5.250\$00	1.050\$00	6.300\$00

Serviços e categorias dos funcionários	Vencimento		
	De categoria	De exercício	Total
Ensino artístico			
Professores das Escolas de Belas Artes e professores de ensino superior, de piano, de violino, de violoncelo, de composição e de canto do Conservatório Nacional de Música:			
Até 10 anos de serviço	15.000\$00	3.000\$00	18.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	15.900\$00	3.180\$00	19.080\$00
De 15 a 20 anos de serviço	16.900\$00	3.380\$00	20.280\$00
Com mais de 20 anos de serviço	18.000\$00	3.600\$00	21.600\$00
Professores de harpa, de harmonia, de ensino complementar de violino, de violoncelo e de piano do Conservatório Nacional de Música:			
Até 10 anos de serviço	10.000\$00	2.000\$00	12.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	10.450\$00	2.090\$00	12.540\$00
De 15 a 20 anos de serviço	10.950\$00	2.190\$00	13.140\$00
Com mais de 20 anos de serviço	11.500\$00	2.300\$00	13.800\$00
Professores de solfejo, de canto coral, de enredo elementar de violino, de instrumentos de palheta, de instrumentos de metal, de flauta e oitavino, de história e geografia de português, de francês e de italiano do Conservatório Nacional de Música e professores do Conservatório Nacional de Teatro:			
Até 10 anos de serviço	8.333\$33	1.666\$67	10.000\$00
De 10 a 15 anos de serviço	8.633\$33	1.726\$67	10.360\$00
De 15 a 20 anos de serviço	9.033\$33	1.806\$67	10.840\$00
Com mais de 20 anos de serviço	9.533\$33	1.906\$67	11.440\$00
Professores de ginástica teatral, de dança e de canto teatral e coros do Conservatório Nacional de Teatro:			
Até 10 anos de serviço	3.850\$00	770\$00	4.620\$00
De 10 a 15 anos de serviço	4.200\$00	840\$00	5.040\$00
De 15 a 20 anos de serviço	4.550\$00	910\$00	5.460\$00
Com mais de 20 anos de serviço	5.010\$00	1.002\$00	6.012\$00

(a) Vencimento abonado durante os dez meses escolares.

(b) Vencimento abonado durante os nove meses lectivos.

Paços do Governo da República, 28 de Janeiro de 1928.—O Ministro das Finanças, João José Sinel de Cordes—O Ministro da Instrução Pública, José Alfredo Mendes de Magalhães.

TABELA B

Gratificações mensais que competem ao pessoal docente do ensino universitário, do ensino secundário, das Escolas de Belas Artes, do Conservatório Nacional de Música e do Conservatório Nacional de Teatro, nos termos do decreto desta data, de que esta tabela faz parte integrante:

Ensino universitário

Reitores — quando sejam catedráticos da respectiva Universidade	500\$00
Directores das Faculdades e das Escolas Normais Superiores	300\$00
Secretários das Faculdades e das Escolas Normais Superiores	250\$00
Directores das bibliotecas das Faculdades e das Escolas Normais Superiores	200\$00
Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	300\$00
Director do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra	300\$00
Directores de Institutos de Investigação	300\$00
Directores de institutos, de laboratórios e de clínicas	300\$00
Director dos serviços da publicação das <i>Efemerides</i> (a)	200\$00
Astrônomo do Observatório Astronómico de Coimbra (a)	75\$00
Directores do Instituto de Geofísica, Museu Antropológico, Museu e Jardim Botânico, Museu Mineralógico e Geológico, Museu Zoológico, Observatório Astronómico, anexos à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Directores do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana e Instituto de Oftalmologia, anexos à Faculdade de Medicina, do Museu Nacional de História Natural, Observatório Astronómico, Observatório Meteorológico e postos anexos, anexos à Faculdade de Ciências, e do Museu Etnológico anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lis-	

bos; Directores do Museu Antropológico, Museu Botânico, Museu Mineralógico e Geológico, Museu Zoológico e Estação de Zoologia Marítima anexa, e Observatório Meteorológico, anexos à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (b)	200\$00
Astrônomos do Observatório Astronómico da Universidade de Lisboa (a)	67\$50
Director do Observatório Meteorológico da Universidade de Lisboa	150\$00
Observadores chefes de serviço do Observatório Meteorológico da Universidade de Lisboa (a)	150\$00
Encarregado de escrituração e contabilidade do Instituto de Oftalmologia (a)	105\$00
Director do Observatório Astronómico de Lisboa	150\$00
Sub-director do Observatório Astronómico de Lisboa	60\$00
Empregados das Estações Semaforicas de Ferraria, Arnel e dos Capelinhos	10\$00
Director dos Serviços da Hora Legal	150\$00
Adjunto dos Serviços da Hora Legal	150\$00
Director do Hospital Escolar	400\$00
Sub-director do Hospital Escolar	300\$00
Administrador secretário do Hospital Escolar	200\$00
Inspector de Higiene do Hospital Escolar	60\$00
Directores de clínicas do Hospital Escolar	75\$00
Tesoureiros das Universidades (gratificações para famílias)	50\$00

Ensino secundário

Reitores dos liceus de frequência superior a quinhentos alunos	400\$00
Idem de frequência inferior a quinhentos alunos mas superior a trezentos	350\$00
Idem de frequência inferior a trezentos alunos	300\$00
Membros do Conselho de Inspeção do Ensino Secundário	200\$00
Directores de classe (Professores efectivos do 1.º ao 9.º grupo)	90\$00

Directores de instalações de ciências biológicas, geológicas, química, física, geografia, desenho e da biblioteca	90\$00
Directores das instalações de educação física	70\$00
Presidentes, vogais e tesoureiros dos conselhos administrativos	116\$00
Secretários	116\$00
Vogais da comissão encarregada da escolha de livros para o ensino secundário	200\$00
Chefes do pessoal menor	45\$00
Auxiliares das instalações de ciências biológicas, geológicas, química, física, geografia, desenho e da biblioteca	45\$00
Auxiliares das secretarias	25\$00
Contínuos das classes	15\$00

Ensino artístico

Directores das Escolas de Belas Artes	100\$00
Secretário da Escola de Belas Artes do Porto	50\$00
Director do Conservatório Nacional de Música	40\$00
Sub-director do Conservatório Nacional de Música	75\$00
Secretário do Conservatório Nacional de Música	50\$00
Director do Conservatório Nacional de Teatro	100\$00

(a) Gratificações mantidas nos termos do § único do artigo 25º do decreto n.º 12:492.

(b) No Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, as suas três secções consideram-se, nos termos do § 1º do artigo 18º do decreto n.º 12:492, outros tautos estabelecimentos.

Paços do Governo da República, em 28 de Janeiro de 1928.—O Ministro das Finanças, *José José Sinel de Cordes*—O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.ª Repartição

Decreto n.º 14:989

Considerando que ainda não foi possível dar inteira execução ao § 2º do artigo 26º do decreto n.º 13:791, de 17 de Junho de 1927, por só agora se encontrarem publicados os programas do ensino primário complementar;

Considerando que se torna necessário esclarecer e modificar algumas disposições do citado decreto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2º do artigo 2º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º Nas escolas primárias complementares, às disciplinas de português, francês, geografia e história e educação cívica destinar-seão, respectivamente, 3, 4, 2 e 2 tempos lectivos na 1.ª classe, e 3, 3, 1 e 2 na 2.ª classe.

Art. 2º Os planos de lição a que se refere o § 2º do artigo 26º do decreto n.º 13:791, de 17 de Junho de 1927, serão estabelecidos de acordo com os programas do ensino primário complementar, criado pelo mesmo decreto e respectivas instruções pedagógicas, devendo ser entregues por cada professor juntamente com os relatórios a que se refere o mesmo artigo, na inspecção escolar por onde é processado o vencimento respectivo, dentro do prazo de sessenta dias a contar da data da publicação deste decreto.

§ 1º Os inspectores escolares logo que recebam quaisquer dos planos de lição e relatórios a que se refere este artigo remetê-losão, sem lhes juntar qualquer informação, à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal.

§ 2º Os professores que se encontram nas condições do artigo 29º e seu § único, que hajam requerido admisão a concurso e não sejam abonados por intermédio da inspecção escolar, entregarão os seus planos de lições e

relatórios, no prazo indicado neste artigo, na Direcção Geral do Ensino Primário e Normal.

§ 3º Os candidatos que hajam feito entrega de planos de lições e relatórios indicarão, dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação deste decreto, por meio de ofício dirigido à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, a entidade a quem foram entregues estes trabalhos, os quais podem ser remodelados dentro do prazo estabelecido neste artigo.

Art. 3º Os concorrentes que encontrando-se ao abrigo do artigo 26º do decreto n.º 13:791, não hajam prestado serviço nas extintas escolas primárias superiores, substituirão o relatório do serviço prestado por um relatório da sua frequência escolar ou por uma breve dissertação sobre a finalidade e meios de acção do ensino primário complementar.

Art. 4º Logo que à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal hajam chegado planos de lições e relatórios serão os mesmos entregues aos júris, que deverão examiná-los, iniciando-se seguidamente os concursos.

Art. 5º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nôle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 6 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição dos Correios e Telégrafos

Aviso

Anuncia-se que a equivalência do franco ouro para a percepção de taxas telegráficas na colónia de Angola é fixada, até determinação em contrário e a partir de 7 de Fevereiro corrente, em 5\$40.

Para ser publicado nos «Boletins Oficiais» de todas as colónias.

Direcção Geral dos Serviços Centrais, 4 de Fevereiro de 1928.—O Director Geral, *Ernesto de Vasconcelos*, vice-almirante.

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

1.ª Secção

Decreto n.º 14:990

Considerando a conveniência demonstrada de se proceder ao estudo geológico das ilhas de S. Tomé e Príncipe, como base do necessário estudo dos problemas agrícolas locais;

Atendendo ao que propôs o governo da respectiva colónia, com o acordo da Faculdade de Ciências da Uni-